



LÚCIA LIPPI OLIVEIRA
ORGANIZADORA

Cidade: História e Desafios



Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro:
Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

ISBN — 85-225-0385-0

Copyright © Lúcia Lippi Oliveira

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14º andar

22253-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 0-XX-21-2559-5543

Fax: 0-XX-21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br

<http://www.fgv.br/editora>

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei n° 5.988)

1ª edição — 2002

REVISÃO DE ORIGINALS: Ana Flacksman

PROJETO EDITORIAL: Editora FGV

REVISÃO: Fatima Caroni, Sandra Pássaro

CAPA: Ricardo Bouillet e Sergio de Carvalho Filgueiras

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Cidade: história e desafios / Organizadora: Lúcia Lippi Oliveira. —
Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.
296p.

Inclui bibliografia.

1. Vida urbana. 2. Patrimônio cultural — Proteção. 3. Planejamento urbano — Rio de Janeiro (RJ). I. Oliveira, Lúcia Lippi, 1945-
II. Fundação Getulio Vargas.

CDD-309.262098153

SUMÁRIO

Apresentação 8

Lúcia Lippi Oliveira

PARTE I: SABERES SOBRE A CIDADE

1. Cidade e história 16

Maria Stella Bresciani

2. Antropologia e cidade 36

Gilberto Velho

3. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações 42

Mauricio de Almeida Abreu

4. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do
UrbanData-Brasil 60
Licia do Prado Valladares e Bianca Freire-Medeiros
5. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira? 84
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

PARTE II: CIDADE E PATRIMÔNIO

6. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero
de discurso 108
José Reginaldo Santos Gonçalves
7. Cidades mineiras e o Iphan 124
Lia Motta
8. Aprendendo com o patrimônio 140
Augusto Ivan de Freitas Pinheiro
9. Memórias do Rio de Janeiro 156
Lúcia Lippi Oliveira

PARTE III: RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA E DESAFIOS

10. Fortalezas republicanas: ensaio sobre a formação do Distrito Federal
nos Estados Unidos e no Brasil 176
Américo Freire

11. O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro 194
Marly Silva da Motta
12. A representação municipal e sua atuação: um depoimento 212
Rosa Fernandes
13. A continuidade do “problema da favela” 220
Luiz Antonio Machado da Silva
14. Poder público e favelas: uma relação delicada 238
Dulce Pandolfi e Mario Grynspan
15. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro 256
Vera F. Rezende
16. Gestão urbana das cidades brasileiras: impasses e alternativas 282
Hélia Nacif Xavier

4

OLHARES SOCIOLÓGICOS SOBRE O BRASIL URBANO: UMA VISÃO A PARTIR DO URBANDATA-BRASIL

Licia do Prado Valladares e Bianca Freire-Medeiros

O CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS, NO BRASIL, é cada vez mais heterogêneo, amplo e transdisciplinar. A expressiva produção bibliográfica que se encontra registrada no UrbanData-Brasil atesta a riqueza da reflexão e da pesquisa numa área que é mais antiga do que a própria pós-graduação no país. De um pequeno número de estudos e pesquisas acumulados até os anos 1950 passou-se a um conjunto de quatro mil referências até o final dos anos 1980, sendo estas oriundas de várias disciplinas e produzidas em mais de 85 centros de pesquisa espalhados pelo território nacional (Valladares e Coelho, 1995). Hoje, segundo os registros do UrbanData-Brasil, nada menos que 9.500 publicações científicas, entre livros, artigos de periódicos, teses e *papers* apresentados em congressos, alimentam o debate sobre o urbano brasileiro, sendo a grande maioria dos trabalhos editada em português e de autoria de pesquisadores nacionais.¹

¹ Sinal da importância da pesquisa urbana que se faz atualmente no Brasil é dado, também, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), que, em 2001, teve nada menos que 154 *papers* apresentados. No encontro de outubro de 2000 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências

A preocupação em resgatar as origens do pensamento sobre o urbano brasileiro vem, sobretudo, da geografia. Desde as primeiras reuniões da Associação de Geógrafos Brasileiros, nos anos 1960, o urbano era sistematicamente discutido, examinando-se questões relativas à estrutura interna das cidades, seu impacto no espaço regional e nacional, o processo de urbanização e suas relações com as migrações e a industrialização, a expansão do setor terciário, a rede urbana, a metropolização. Tornaram-se “clássicas” as várias resenhas de Corrêa (1967, 1978) e a sistematização crítica do estudo geográfico da cidade no Brasil realizada por Abreu (1994), além dos textos reunidos por Carlos (1994) relativos à produção geográfica sobre várias partes do país.

Os antropólogos também vêm-se preocupando com o estado da arte na sua disciplina, enfatizando as heranças teóricas, a história da disciplina e os problemas da pesquisa antropológica no Brasil (Durham, 1982; Melatti, 1984; Kant de Lima, 1985; Rubim, 1997). A ênfase no recorte urbano, na produção específica da antropologia urbana, tem como marcos os livros editados por Gilberto Velho (1980) e Ruth Cardoso (1986), em que se analisam os dilemas (sobretudo metodológicos) do antropólogo ao pesquisar em sua cidade e se conclui que esta vem sendo, no Brasil, “antes o lugar da investigação do que seu objeto” (Durham, 1986:19).

O rastreamento dos artigos, livros e teses *especificamente sociológicos* que fazem do urbano seu objeto de estudo está longe de ser uma tarefa simples e, até agora, não foi enfrentado pela sociologia urbana.² Se as fronteiras do que pode e deve ser considerado *olhar sociológico* são difíceis de ser demarcadas,³ a mesma dificuldade é encontrada frente ao que pode e deve ser considerado *urbano*.⁴ O resgate da produção da sociologia urbana tem, na realidade, obedecido a um recorte que

Sociais (Anpocs), dos 340 *papers* apresentados, setenta tinham o urbano como referência. O número de pesquisadores urbanos residentes no Brasil hoje passa de 620, segundo levantamento realizado pelo UrbanData-Brasil (Sant’Anna e Lima Júnior, 2001).

² Neste sentido, vale destacar o trabalho pioneiro de Blay (1971) e o artigo de Valladares (1988).

³ O que não parece se dar em outros campos do saber, de caráter mais circunscrito, como a história urbana, por exemplo, onde a identificação da disciplina de origem é praticamente imediata.

⁴ Gilberto Velho e Machado da Silva (1977) de há muito criticaram a tendência a isolar o urbano como fenômeno e tratá-lo como um domínio autônomo dentro da vida social. No artigo “Organização social do meio urbano” propõem escapar do determinismo ecológico e da dicotomia entre rural e urbano.

é mais temático do que disciplinar, através do qual procura-se mostrar o estado da arte em relação a temas que têm indiscutivelmente um forte rebatimento no espaço urbano. Temáticas como a dos movimentos sociais (Machado da Silva e Ziccardi, 1980; Jacobi, 1989; Ruth Cardoso, 1983, 1985; Kowarick, 1987), da violência e criminalidade (Minayo, 1990; Bretas, 1991; Adorno, 1993; Misse, 1995; Zaluar, 1999), da pobreza urbana e do mercado de trabalho (Valladares, 1991; Coelho e Valladares, 1982; Carvalho, 1986), das migrações e do processo de urbanização (Gonçalves, 1989; Hasenbalg, 1991), da infância pobre (Alvim e Valladares, 1988; Rizzini, 1997), do trabalho feminino, da mulher e da família (Pena, 1980; Aguiar, 1990; Bruschini, 1994) têm merecido resenhas bibliográficas em que a produção dos sociólogos, apesar de não ser objeto exclusivo, é fortemente contemplada. O que essas resenhas vêm enfatizando é o esforço já empreendido pelas ciências sociais como um todo na construção do conhecimento em torno de certos objetos. O propósito é, antes de mais nada, produzir um mapeamento do debate que compreenda desde as filiações teóricas dos diversos autores até os principais resultados alcançados pelos estudos empíricos frente aos temas diversos que têm como pano de fundo as cidades brasileiras.

Aceito o convite para participar do seminário “Cidade: urbanismo, patrimônio, cidadania”, optamos por lançar mão do artifício de “isolar” a produção da sociologia urbana do conjunto de estudos urbanos resgatados pelo UrbanData-Brasil para pensar sua contribuição recente às ciências sociais. Em maio de 2001, o conjunto dessa produção, classificada pela disciplina do autor (ou autores),⁵ apresentava uma distribuição que indicava a importância da sociologia urbana entre as dez disciplinas que integram o domínio dos estudos urbanos no Brasil.

Representando nada menos que 28,7% do total da produção registrada no UrbanData-Brasil, a sociologia urbana justifica de fato o exercício a que nos propomos neste texto. O levantamento bibliográfico realizado por esse banco de dados, vale lembrar, cobre as principais bibliotecas especializadas em ciências sociais e estudos urbanos do Brasil, muitas das quais acessadas hoje pela internet, além dos principais bancos de dados dos Estados Unidos e França.⁶ Este artigo consiste, no entanto, numa reflexão sobre a contribuição da sociologia, em particular a *brasileira*, para os estu-

⁵ O UrbanData-Brasil usa a disciplina do autor (ou autores) como critério para determinar a disciplina de cada texto.

⁶ World Cat e First Search (EUA); Urbamet e o CD-Rom Docthèses (França).

dos urbanos *brasileiros*.⁷ Iremos resgatar as características gerais da entrada e participação da sociologia brasileira no campo dos estudos urbanos (anos 60 e 70). Em seguida, examinaremos, de forma sucinta, os efeitos da abertura democrática e da crise econômica na produção da década de 80. Encerraremos com reflexões sobre a produção da última década (1989 a 2001) e sobre as novas tendências da pesquisa, baseando-nos em dados extraídos do UrbanData-Brasil.

Tabela 1

**Distribuição das referências bibliográficas por disciplina
UrbanData-Brasil – maio de 2001**

Disciplinas	%
Antropologia urbana	6,8
Ciência política	4,5
Demografia	4,3
Direito urbano	1,3
Economia urbana	9,2
Geografia urbana	11,5
História urbana	8,5
Medicina social e saúde pública	2,9
Planejamento urbano	22,3
Sociologia urbana	28,7

A EMERGÊNCIA DO URBANO COMO OBJETO SOCIOLÓGICO: 1960-1970

No turbulento ano de 1968, em meio à onda geral de questionamento dos paradigmas que haviam informado as ciências sociais até então, Manuel Castells iria lançar a desconcertante pergunta “Há uma sociologia urbana?”, no artigo com o mesmo título, na *Revue Sociologie du Travail* (Castells, 1968). Em sintonia com os escritos de Lefebvre e Touraine, Castells argumentava que a sociologia urbana de Louis Wirth e seus pares, por não estar fundamentada em pressupostos teóricos claros, nem

⁷ Não descartamos a importância de autores estrangeiros — os assim chamados *brasilianistas* —, mas daremos ênfase à produção da academia brasileira a partir da criação da pós-graduação no país.

possuir objeto de investigação substantivo, não poderia almejar o *status* de ciência explicativa. Mais do que um simples exercício retórico, o questionamento de Castells punha às claras o descontentamento dos neomarxistas franceses com a idéia, inspirada e difundida pela Escola de Chicago,⁸ de que haveria um urbano *per se*, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais. Para os sociólogos franceses, o urbanismo e a urbanização deveriam ser vistos não como fenômenos autônomos, e sim como parte de uma estrutura mais ampla, em que exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais convergiam. Em outras palavras, o urbano deveria ser compreendido como espaço socialmente produzido, fenômeno que assume diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido. Passa-se a dar relevo à interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano.⁹

Se americanos do norte e europeus costumam tomar a década de 1960 como o divisor de águas entre uma sociologia urbana de cunho ecológico e uma “nova sociologia” preocupada com o urbano de forma mais abrangente (Lebas, 1982),¹⁰ destes lados do Atlântico esta mesma década irá marcar o próprio surgimento da sociologia urbana como tal. Apesar de esforços isolados de pesquisa e reflexão sobre pequenas comunidades rurais e urbanas se fazerem presentes desde fins dos anos 40 (inspirados, sobretudo, por americanos como Donald Pierson e Charles Wagley, ou pelo alemão Emilio Willems, que viveram inúmeros anos no Brasil), a sociologia brasileira terá que esperar até meados dos anos 60 para emergir de fato e de direito como uma “ciência do urbano”.¹¹

Valladares (1988) aponta, como momento mítico de inauguração da sociologia urbana entre nós, a publicação, em 1968, do livro *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade*

⁸ A referência é a Primeira Escola de Chicago comandada por Robert Park.

⁹ A reação francesa à Escola de Chicago tem a ver sobretudo com a ênfase dada pela última à cultura urbana. Wirth, por exemplo, insistia na heterogeneidade social e cultural como traços distintivos do mundo urbano.

¹⁰ O trabalho de Lebas (1982) é, sem dúvida, a mais completa análise da produção da sociologia marxista na década de 1970. A inquietação teórica que atingiu inicialmente intelectuais franceses e ingleses se consubstanciou no *International Journal of Urban and Regional Research*, criado em 1977. Apenas posteriormente, os americanos aderiram à *new urban sociology* (Zukin, 1980; Walton, 1981).

¹¹ Inúmeros trabalhos mostram a contribuição destes personagens na formação de antropólogos e sociólogos brasileiros que estudaram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo ou na própria USP. O livro editado por Miceli sobre a história das ciências sociais no Brasil contém vários trabalhos que recuperam a influência destes *pères-fondateurs* sobre várias gerações

urbano-industrial no Brasil, de J. B. Lopes. Esse teria sido o primeiro grande esforço de reflexão sociológica sobre a relação entre desenvolvimento industrial, falência do modelo patrimonial e urbanização. Os tópicos privilegiados por Lopes são a transição de um sistema societário rural/tradicional para um de cunho eminentemente urbano/moderno, os efeitos regionais diferenciadores da urbanização e as associações perversas entre modernização e marginalização.

Motivados não apenas pelo trabalho de Lopes, mas igualmente por escritos de outros autores latino-americanos sobre urbanização e desenvolvimento em “países periféricos” (Quijano, 1966; Nun, 1969), os sociólogos brasileiros das décadas de 60 e 70 fizeram dos temas da marginalidade e da pobreza seu principal foco de atenção. Mas, se a princípio o paradigma da marginalidade era utilizado para dar explicações veladamente funcionalistas à desigualdade socioeconômica, a partir de pesquisas pioneiras, como as de Machado da Silva (1971), Oliveira (1972), Paoli (1974), Berlink (1975) e Kowarick (1975), tornou-se possível demonstrar que se tratava menos de um problema de integração social do que de uma questão estrutural: a preservação da pobreza dava-se através de mecanismos institucionais que nada tinham de “marginais” ao sistema. Estabelecia-se, então, uma ruptura com as concepções anteriores sobre migração e marginalidade, e trazia-se à tona o papel desempenhado por formas não-capitalistas de produção na acumulação do capital.

As noções de “espoliação urbana” (Kowarick, 1979) e de “periferização” (Bonduki e Rolnik, 1979) estabeleceram-se como pontos convergentes das novas pesquisas. Ganhava destaque a dimensão política da urbanização e proliferavam os estudos sobre a dupla espoliação sofrida pelas classes populares: como força de trabalho subjugada pelo capital e como cidadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana, que lhes negava o acesso aos bens de consumo coletivos. O livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et alii, 1976), encomendado a um grupo de intelectuais paulistas pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, representou um marco nesse tipo de literatura que enfatizava as condições de vida da classe trabalhadora nas periferias metropolitanas.

O espaço urbano privilegiado nessas pesquisas foi, em São Paulo, o da periferia e, no Rio de Janeiro, o da favela. A autoconstrução foi considerada pelos paulistas um elemento-chave para se

de cientistas sociais brasileiros. A revista *Sociologia* publicou diversos resultados de pesquisas em comunidades. O trabalho de Richard Morse (1970), que revisa os estudos sobre a metrópole de São Paulo, também constitui referência básica.

refletir sobre o processo de acumulação do capital e de espoliação da classe trabalhadora (Maricato, 1979), sendo a “força da periferia” (Gohn, 1985) e dos movimentos populares pensados no contexto das contradições sociais que afetavam os mais pobres (Singer e Brant, 1980).

No Rio, de estudos sobre favelas (anos 1960) que insistiam em tomá-las como verdadeiros enclaves rurais na cidade, como exemplos crassos da anomia, de falta de organização familiar e de desemprego, passou-se, pouco a pouco, a perspectivas menos duais.¹² Marco na pesquisa empírica sobre as favelas cariocas é, sem dúvida, o trabalho da SAGMACS (1960) dirigido por José Arthur Rios, pelo lado brasileiro, e coordenado pelo padre francês Louis Joseph Leuret.

As relações entre associações de moradores, partidos políticos e planejadores (Valladares, 1976; Diniz, 1982), a política de remoção (Valladares, 1978) e a estratificação social (Machado da Silva, 1967) nas favelas das grandes metrópoles tornam-se tópicos privilegiados. Cresce consideravelmente o interesse pelas questões habitacionais em geral, desde a política de financiamento do extinto BNH ao tema da autoconstrução, passando pela periferização da moradia e por questões relativas ao mercado imobiliário. Esses são temas que passam a constar com regularidade em artigos e ensaios publicados nas principais revistas de sociologia e em teses defendidas nos recém-criados cursos de pós-graduação do Rio de Janeiro e do resto do país.

Pobreza urbana e desigualdade, habitação e saneamento, migração e mercado de trabalho. Em duas décadas, os sociólogos brasileiros importaram paradigmas, processaram-nos de acordo com as necessidades locais e lograram produzir uma reflexão muitas vezes original sobre essas temáticas e seu reatamento no espaço das cidades brasileiras.

Vale lembrar que esse foi um período em que a nossa sociedade, por efeito de seu processo de rápida burocratização (Diniz, Boschi e Lessa, 1989), aumentou significativamente a demanda por profissionais ligados a funções administrativas e técnico-científicas (em 1960, esse segmento representava 11% da PEA; vinte anos depois, teria uma representatividade de 19%). Entre esses profissionais estavam, obviamente, os sociólogos, que se colocaram à frente de várias comissões de pesquisa financiadas, ou pelo poder público, ou por agências internacionais. Acrescente-se, ainda,

¹² No livro *O que já se sabe sobre a favela carioca* (Valladares e Medeiros, no prelo), encontram-se indicados os principais eixos e assuntos tratados pelos diversos autores que vêm estudando as favelas do Rio de Janeiro. É desnecessário, portanto, recuperar aqui neste texto a contribuição de toda a literatura sociológica sobre a favela carioca.

o papel dos sociólogos nas pesquisas sobre o sistema interurbano, estimuladas, sobretudo, pela criação das regiões metropolitanas em 1974.

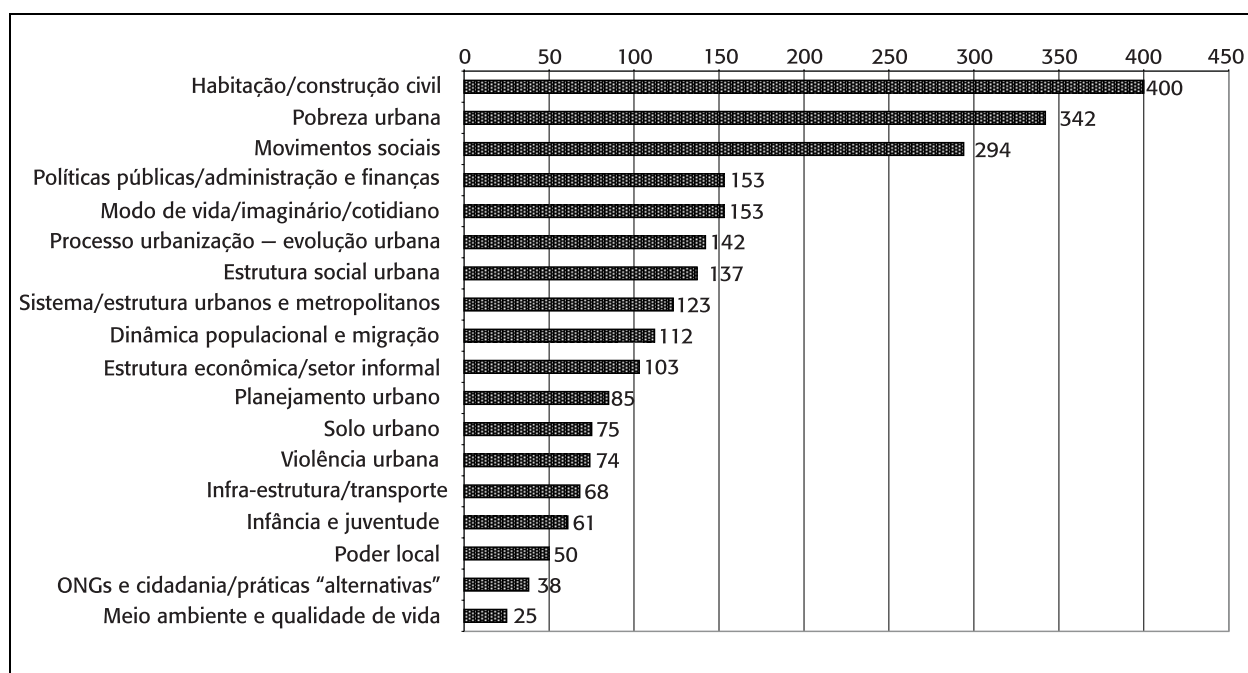
Como observou Abranches (1982), em fins dos anos 70 “as ciências sociais atingiram a maioria” tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto no que se refere à sua consolidação como comunidade científica. Não por acaso, é criada nessa época a Anpocs (1977) e são inaugurados diversos programas de pós-graduação na área de ciências sociais e planejamento. Tais avanços não se apresentaram, contudo, despidos de contradições. A profissionalização e a institucionalização da sociologia¹³ interagem com a complexa conjuntura política e, muitas vezes, os sociólogos experienciavam os papéis conflitantes de servidores do Estado e ativistas de movimentos sociais (Pecaut, 1989). E serão justamente os movimentos sociais o grande tema a ser explorado por esses mesmos sociólogos na década seguinte.

A SOCIOLOGIA URBANA NA DÉCADA PERDIDA: OS ANOS 1980

Antes de darmos início ao balanço da produção dos anos 80, vale esclarecer os elementos que animam não apenas o Gráfico 1, que se segue, mas a organização do UrbanData-Brasil como um todo. Em geral, os bancos de dados bibliográficos classificam as publicações apenas por palavras-chave. No UrbanData-Brasil, apesar de se poder recuperar a informação através deste recurso, a classificação propriamente dita é feita segundo áreas temáticas (ATs), as quais correspondem a subconjuntos abrangentes — os vários *corpi* da literatura. Quanto à definição de cada AT, algumas já se constituíam como linhas de pesquisa consagradas — habitação, pobreza urbana, mercado de trabalho — e foram incorporadas quando da criação do nosso banco de dados. Outras resultaram de consultas a especialistas de diferentes disciplinas, que apontaram para subcampos ou linhas de pesquisa substantivas dentro delas. Para efeitos deste artigo, agregamos algumas ATs, como por exemplo habitação e construção civil, processo de urbanização e evolução urbana.

¹³ Vianna et alii (1995) fazem um balanço exaustivo da formação do sistema nacional de ensino e pesquisa no Brasil, destacando a questão da profissionalização nas ciências sociais.

Gráfico 1

A sociologia urbana e suas áreas temáticas: 1960-1988

Neste gráfico, estão presentes nada menos que 18 áreas temáticas que vêm interessando aos sociólogos urbanos. Saltam aos olhos três temas: habitação (agregada, como já foi dito, com a AT construção civil), pobreza urbana e, em terceiro lugar, a grande novidade dos anos 80, os movimentos sociais. Como se sabe, as teorizações sobre os movimentos sociais no Brasil estiveram sob forte influência dos paradigmas elaborados pela sociologia urbana dos neo-marxistas franceses. A popularidade que o tema veio a alcançar entre nós, contudo, passa pela conjuntura da época, marcada pelos esforços de substituição do regime burocrático-autoritário por um sistema democrático, e pela emergência de novas formas de associativismo. O paradigma da luta de classes adaptava-se, então, às circunstâncias locais: a “esfera da reprodução” — o

urbano — é teoricamente reinventada como um “novo front de luta”. Seria ali, para além da fábrica e dos partidos políticos, onde dar-se-ia a derrubada do regime autoritário e a conquista quase espontânea do socialismo.

Em meados dos anos 80, particularmente após as eleições de 1982, as expectativas em relação a esse “novo front” começam a ser reavaliadas. O próprio conceito de movimento social, já um tanto reificado, passa por um processo de desconstrução e ajustamento em níveis prático e teórico. As análises, cujo foco residia na estrutura e dinâmica internas dos movimentos sociais, cedem lugar à investigação das relações entre os movimentos e o sistema institucional (Machado da Silva e Ribeiro, 1985). Essa mudança de perspectiva se dá no bojo da reflexão mais ampla sobre a democracia como sistema político, resultando no abandono de uma “concepção essencialista do Estado” (Jacobi, 1989) em favor de uma apreciação das dinâmicas interativas entre as várias associações e o aparato estatal.

Com a abertura democrática e a conquista de prefeituras e governos estaduais pelos partidos de oposição, acentua-se a procura por novos paradigmas explicativos. Se antes eram recorrentemente encarados como resultado *necessário* da crise econômica, os movimentos sociais passam a ser entendidos em suas dimensões cultural e política, como lutas por acesso à cidadania em seu sentido mais amplo. A ênfase dada à estrutura é substituída por uma abordagem mais centrada nos atores sociais; o destaque dado ao caráter econômico dos movimentos sociais dá passagem a uma preocupação com sua dimensão sociocultural.

Preserva-se o interesse pelas práticas e políticas habitacionais, só que agora com maior destaque para seus aspectos sociais e políticos. O tema da auto-ajuda assume centralidade, sendo encarado como resposta das classes populares à ausência de uma política habitacional eficiente e de um mercado imobiliário minimamente voltado para suas necessidades. Passa-se da favela aos loteamentos periféricos e à discussão sobre os valores de uso e de troca da casa autoconstruída. Ganha destaque, também, a reflexão sobre o papel do mercado imobiliário como agente ativo no processo de segregação social e sua participação, junto ao poder público, na provisão de infra-estrutura e serviços básicos às camadas carentes (Valladares e Coelho, 1997).

O tema da pobreza urbana também ganha novo fôlego a partir, sobretudo, do questionamento do papel a ser cumprido pela democracia na redução das desigualdades e na desa-

celeração do crescimento da pobreza. Seguindo a orientação dos organismos internacionais, ganham destaque as variáveis sociais na reflexão sobre a pobreza, com a incorporação de indicadores sociais (IDH) disseminados pelo PNUD e pelo Banco Mundial (Faria, 1991; Hasenbalg e Valle Silva, 1981). Acoplam-se novas discussões, com destaque para os estudos sobre a “feminização” da pobreza e as condições de vida das populações de rua. Pesquisas como as de Aguiar (1984) e Telles (1990) deram centralidade ao debate sobre gênero e mercado de trabalho, chamando a atenção para o aumento expressivo de lares cujo papel de chefe de família vinha sendo desempenhado pelas mulheres de baixa renda dos grandes centros urbanos. As estratégias de sobrevivência desse segmento específico e de outros, como o das crianças de ruas, tornaram-se importantes temas de pesquisa ao longo dos anos 80.

Também ligados à temática da pobreza encontram-se os estudos sobre violência urbana. Ou como setor mais atingido pela violência institucional nos grandes centros urbanos (Kowarick, 1979), ou como “público-alvo” preferencial das forças repressivas do aparato policial (Coelho, 1978; Paixão, 1982), os pobres estiveram no centro de um debate em que se relacionavam violência e iniquidade socioeconômica.

O otimismo que havia marcado o início da década, especialmente pela expansão de cursos de pós-graduação fora do eixo Rio-São Paulo, de pronto esmaeceu diante do quadro de crise geral por que passava o país. Decresceram significativamente os financiamentos governamentais aos estudos urbanos, e as chamadas pesquisas aplicadas praticamente desaparecem a partir da extinção de agências públicas, como o BNH, a EBTU, a CNDU¹⁴ e, em escala regional, a Sudene. As pesquisas de cunho mais “acadêmico” também iriam sofrer enormemente: primeiro, com o corte nas verbas de instituições como CNPq e Finep; em seguida, com a redução nos investimentos internacionais, sobretudo a partir da decisão tomada por instituições como a Fundação Ford de privilegiar projetos voltados para intervenção direta, promovidos pelas ONGs, em detrimento daqueles de cunho teórico-analítico (Figueiredo, 1988).

¹⁴ O desaparecimento destas agências, criadas durante o regime autoritário, deu-se no período de retorno do país ao sistema democrático.

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA SOCIOLOGIA URBANA NA ÚLTIMA DÉCADA (1989-2001) E AS NOVAS TENDÊNCIAS DA PESQUISA

Gráfico 2

A sociologia urbana e suas áreas temáticas: 1989-2001



Na análise comparativa entre os gráficos, antes de mais nada, é importante não perder de vista a diferença de extensão entre os dois períodos (no primeiro gráfico, três décadas; neste, apenas uma). Vale notar também que, no caso deste segundo gráfico, começamos em 1989 e terminamos em 2001. A intenção aqui foi destacar o marco histórico representado pelo período constituinte e pela promulgação da Constituição de 1988, quando a sociedade brasileira mobilizou-se em torno de temas como a universalização dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, a descentralização político-administrativa e a reforma urbana. Essas mobilizações cooptaram o olhar dos sociólogos que, de perto, as acompanharam e registraram seus efeitos (Valladares e Coelho, 1997).

Com as alterações implementadas na organização política da Federação, a descentralização reverberou pelo arcabouço tributário, pela distribuição de poder entre as três esferas de governo, e pelas relações entre Estado e sociedade civil. Não deve causar surpresa, portanto, o fato de que a descentralização veio a se tornar uma questão fundamental para a pesquisa urbana e que tenham ganhado destaque temas como distributivismo, governabilidade e governança. O aumento expressivo de publicações agrupadas nas ATs “estrutura econômica” e “políticas públicas e administração” é exemplar desse movimento. Uma característica comum aos trabalhos que refletem sobre esses temas é a ênfase dada à política como fator medular da problemática urbana: examinam não apenas o papel do poder municipal, mas também as possibilidades de reforma do aparato burocrático, através de medidas como a do “orçamento participativo”. Discute-se, com maior senso crítico, o papel cumprido pelas reivindicações urbanas e a imponderabilidade que caracteriza a participação dos segmentos populares.

Velhos temas ganham nova roupagem. Essa “reinvenção” temática é particularmente manifesta no caso das produções sobre habitação, violência urbana e meio ambiente/qualidade de vida. Vejamos.

Apesar de já não atrair o mesmo nível de atenção dos sociólogos brasileiros, ocupando o nono lugar no Gráfico 2, o tema da habitação tem provocado, nesta última década, considerações de caráter mais reflexivo. E o grande exemplo aqui é a favela: eleita como o “*locus* da pobreza”, a favela tornou-se o espaço privilegiado para o estudo de todo e qualquer problema social (Valladares, 1999). A questão da habitação provisória, sob a rubrica dos sem-teto, também torna-se objeto privilegiado de investigação, assim como as relações entre gênero e moradia.

Quanto ao tema da violência urbana, a produção atual exemplifica, de maneira notável, a relação singular que a sociologia pode estabelecer com seu objeto. Referimo-nos aqui ao que Giddens (1979) chama de “dupla hermenêutica” das ciências do social: as teorizações acerca de fenômenos sociais implicam não apenas uma reflexão sobre o objeto escolhido, mas igualmente a sua transformação. E não há dúvidas de que o debate produzido a partir de pesquisas sociológicas tem cumprido um papel fundamental na configuração e no desenvolvimento, na construção social, do tema da violência e da segurança pública.

Segundo Sérgio Adorno (1993), os trabalhos sobre violência urbana podem ser classificados, esquematicamente, a partir de quatro grupos temáticos: a) os que cuidam do movimento da criminalidade; b) os que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; c) os que examinam a organização social do crime; d) estudos sobre Justiça Penal. Observa-se que, nesta última década, surgiu e ganhou expressividade um novo grupo temático, no qual encontra-se reunida toda a crescente produção sobre formas “alternativas” de combate à violência, desde avaliações acerca de projetos de reinserção social dos infratores, passando pelo questionamento dos limites e possibilidades de movimentos pela paz como o *Viva Rio*, até reflexões sobre formas alternativas de repressão ao crime, como é o caso da proposta de policiamento comunitário (Soares et alii, 1996). Novos subtemas também passam a adquirir relevância, como o das relações entre exclusão territorial e violência, delinquência e ação policial; o das implicações do crescimento da chamada indústria da segurança; e o da assim chamada *cultura do medo* (Soares e Carneiro, 1996). Persiste, contudo, uma lacuna expressiva, tanto no que se refere ao tema da violência doméstica/sexual, quanto no que diz respeito à dinâmica das negociações de conflitos interpessoais.

A partir das discussões animadas pela ECO-92, cresceu significativamente o volume de publicações sobre o tema meio ambiente e qualidade de vida. A noção central aqui é a de *ecodesenvolvimento* ou *desenvolvimento sustentável*, e há um esforço de reflexão concentrado sobre o processo de inserção da ótica ambientalista em diferentes espaços sociais. Já não se fala tanto em “preservação ambiental”, mas em “custos ambientais”, e é recorrente a proposta de se tomar o índice de qualidade de vida como instrumento de gestão urbana. Os conflitos socioambientais, vistos como o “novo problema social”, são examinados, sobretudo, a partir de estudos de caso cujos recortes espaciais têm sido extremamente plurais. Há trabalhos sobre experiências urbanas tão diversas quanto

Novo Hamburgo (Guimarães, 1993), Lagoa de Abaeté (Silva, 1993), São Paulo (Lourenço, 1981) e Amazonas (Leroy, 1993). Parece haver, entretanto, uma hipervalorização de Curitiba como experiência bem-sucedida de adequação entre planejamento urbano e equilíbrio ambiental (Gonçalves, 1988; Menezes, 1996). Outra característica que vale ser ressaltada diz respeito à escassez de trabalhos que problematizem não apenas as metodologias de análise, mas o próprio conceito de qualidade de vida que, no mais das vezes, aparece reificado.

O UrbanData-Brasil está ciente de que a flexibilidade no sistema de criação das áreas temáticas não impede, obviamente, a existência de *gaps*. Entre a ocorrência de determinados fenômenos sociais e sua “descoberta” como objeto de análise há uma lacuna temporal, assim como é inevitável o *gap* entre a dinâmica da produção da pesquisa e sua incorporação no sistema classificatório do nosso banco de dados. Assim, textos relativos à globalização, para nos atermos a um exemplo, estão sendo por hora classificados na AT1 (processo de urbanização) e na AT4 (estrutura econômica). Há que se ter em mente que os primeiros trabalhos de caráter eminentemente sociológico sobre este tema são bastante recentes. Os geógrafos, como se sabe, saíram na frente e já vêm refletindo sobre a questão da globalização econômica e seu rebatimento no espaço urbano desde o início da década passada (Santos, 2001). A hipótese predominante é a de que uma nova ordem urbano-espacial teria emergido como manifestação da “nova ordem mundial”. Simplificando o argumento, parece haver duas perguntas animando estas reflexões. A primeira, de escopo mais amplo, seria: há uma forma urbana generalizável associada às cidades globalizadas? E, num esforço de reflexão mais circunscrito: a globalização teve um efeito visível na estrutura interna das cidades brasileiras? A cidade de São Paulo, tomada como a *global city* brasileira, concentra a maior parte da reflexão sem que haja, na maioria das vezes, um exame detido acerca dos limites da aplicabilidade de tal noção (Freire-Medeiros, 1999).

* * *

Que conclusões gerais podem ser inferidas a partir do exame dessa vasta produção sociológica sobre as nossas cidades? Em trabalho anterior, encomendado pelo Ipea, em que especialistas de diversas disciplinas reuniram-se para avaliar a produção dos estudos urbanos no Brasil (Valladares e Coelho, 1997), foram apontadas algumas conclusões que mantêm sua validade no caso da pro-

dução específica da sociologia. Nota-se, em primeiro lugar, a importância adquirida pelas pesquisas orientadas para a monitorização de políticas. Permanece a dupla predominância da região Sudeste: por um lado, ela representa o grande foco originário da produção e, por outro, segue como a referência espacial predominante das pesquisas. Ainda são escassos os trabalhos de cunho comparativo: apesar de o tema da globalização estar na agenda do dia, o paroquialismo continua prevalecendo entre nós e nem mesmo a América Latina aparece como parâmetro de comparação.

Porém, o saldo final, não resta dúvidas, é bem mais positivo do que negativo. Parece haver um consenso produtivo em torno da necessidade de se buscarem novos paradigmas capazes de inteligir uma economia, uma sociedade e um espaço em um processo significativo de mudança. Dito de outro modo, é possível observar que as prioridades de pesquisa estão deslocando-se em sintonia com os novos processos de democratização, descentralização e globalização por que vem passando a sociedade brasileira. Busca-se, mais e mais, veicular as práticas dos atores sociais aos processos urbanos tanto no plano territorial quanto sociopolítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. 1982. "As ciências sociais e o Estado". BIB — *Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 13. p. 37-41.

ABREU, Maurício. 1994. "Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)". *Revista Brasileira de Geografia*, v. 56, n. 1/4, dez./jan. p. 21-122.

ADORNO, Sérgio. 1993. "A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático". BIB — *Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 35. p. 3-24.

AGUIAR, Neuma (org.). 1984. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis, Vozes.

———. 1990. "Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico". BIB — *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. São Paulo, n. 1/3. p. 94-122.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa e VALLADARES, Licia do Prado. 1988. "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura". BIB — *Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 26. p. 3-37.

- BERLINK, Manoel Tostes. 1975. *Marginalidade urbana e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis, Vozes.
- BLAY, Eva A. 1971. “O estudo do meio urbano: a sociologia urbana entre outras ciências e disciplinas”. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 1, n. 4. p. 189-203.
- BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. 1979. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega. p. 117-54.
- BRETAS, Marcos Luiz. 1991. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 32. p. 49-61.
- BRUSCHINI, Cristina. 1994. “Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 17-32.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. et alii. 1976. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- CARDOSO, Ruth. 1983. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. T. de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Brasiliense. p. 215-238.
- . 1985. “Formas de participação popular no Brasil contemporâneo”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 3, set./dez. p. 46-50.
- . 1986. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARLOS, Ana Fani (org.). 1994. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Edusp.
- CARVALHO, Inaiá. 1986. “Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no Nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 22. p. 3-25.
- CASTELLS, Manuel. 1968. “Y a-t-il un sociologie urbaine?”. *Revue du Sociologie du Travail*, Paris, v. 10, n. 1. p. 72-90.
- COELHO, Edmundo. 1978. “A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2. p. 139-161.
- COELHO, Magda Prates e VALLADARES, Licia do Prado. 1982. “Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 14. p. 5-28.

CORRÊA, Roberto Lobato. 1967. "Os estudos de redes urbanas no Brasil." *Revista Brasileira de Geografia*, ano 24, n. 4. p. 93-116.

———. 1978. "A geografia urbana no Brasil: uma avaliação". Texto apresentado no III Encontro Nacional de Geógrafos: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Fortaleza.

DINIZ, Eli. 1982. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

———, BOSCHI, Renato e LESSA, Renato. 1989. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo, Vértice.

DURHAM, Eunice. 1982. "Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil". *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 25. p. 159-170. (Antropologia Cultural e Social.)

———. 1986. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 17-37.

FARIA, Vilmar. 1991. "Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas". *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, mar. p. 98-119.

FIGUEIREDO, Marcus. 1988. "O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-85". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, n. 26. p. 38-55.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. 1999. "São Paulo as a global city? Applying some world city hypothesis in the periphery". In: BROWNE, Ray e FISHWICK, Marshall (eds.). *The global village: dead or alive? Bowling Green, OH, Popular Press*. p. 44-68.

GIDDENS, Anthony. 1979. *Central problems in sociological theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley, University of California Press.

GOHN, Maria da Glória. 1985. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes.

GONÇALVES, Josilena M. Zanello. 1988. "Meio-Ambiente no uso do solo urbano". *Espaço Urbano, Curitiba*, v. 1, n. 1. p. 45-48.

GONÇALVES, Maria Flora. 1989. "Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa". *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 9, n. 28. p. 76-79.

GUIMARÃES, Vera Maria. 1993. *O movimento ambientalista em um momento de transição: análise de conflito (a propósito dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo)*. Florianópolis, UFSC. (Dissertação de mestrado em sociologia política).

HASENBALG, Carlos. 1991. "A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil: 1970-1980". *Série Estudos*, Rio de Janeiro, Iuperj, n. 82.

——— e VALLE SILVA, Nelson do. 1981. "Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil". *Série Estudos*, Rio de Janeiro, Iuperj, n. 23.

JACOBI, Pedro. 1989. "Atores sociais e o Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado — dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais no Brasil". *Espaço & Debates*, v. 9, n. 26. p. 10-21.

KANT DE LIMA, Roberto. 1985. *A antropologia da academia: quando nós somos os índios*. Niterói, EdUFF.

KOWARICK, Lúcio. 1975. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

———. 1979. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção Estudos Brasileiros, 44.)

———. 1987. "Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, fev. p. 38-50.

LEBAS, Elizabeth. 1982. "Urban and regional sociology in advanced industrial societies: a decade of marxist and critical perspectives". *Critical Sociology/La Sociologie Contemporaine*, v. 30, n. 1.

LEROY, Jean Pierre. 1993. "Políticas públicas e meio-ambiente na Amazônia". *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 59, dez. p. 33-37.

LOPES, Juarez Brandão. 1968. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. Brasília e São Paulo, Nacional/INL.

LOURENÇO, César Gália B. 1981. *O lazer e a preservação da paisagem; projeto para o Parque do Guararu*. São Paulo, USP, FAU. (Dissertação de mestrado em estruturas ambientais urbanas.)

MACHADO DA SILVA, Luís A. 1967. "A política na favela". *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, mai./jun. p. 35-47.

———. 1971. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, MN. (Dissertação de mestrado em antropologia social.)

——— e RIBEIRO, Ana Clara T. 1985. "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?" *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Cortez e Anpocs. p. 318-336.

——— e ZICCARDI, Alicia. 1980. "Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos". *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 1, n. 13, set. p. 79-95.

MARICATO, Ermínia (org.). 1979. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega.

MENEZES, Claudino Luiz. 1996. *Desenvolvimento urbano e meio-ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas, Papirus.

MELATTI, Júlio Cezar. 1984. "A antropologia no Brasil: um roteiro". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 17. p. 3-52.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1990. *Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde*. Rio de Janeiro, ENSP.

MISSE, Michel. 1995. "Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisa". *Série Estudos*, Rio de Janeiro, Iuperj, n. 91. p. 23-89.

MORSE, Richard. 1970. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

NUN, José. 1969. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2. p. 178-236.

OLIVEIRA, Francisco de. 1972. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos Cebrap*, n. 2. p. 3-82.

PAIXÃO, Antônio Luís. 1982. "A organização policial numa área metropolitana". *Dados*, v. 25, n. 1. p. 63-85.

- PAOLI, Maria Célia. 1974. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo, Pioneira.
- PECAUT, Daniel. 1989. *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris, Editions de la Maison des Sciences de l' Homme.
- PENA, Maria Valéria Junho. 1980. "A mulher na força de trabalho". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 9. p. 11-21.
- QUIJANO, Aníbal. 1966. "Notas sobre o conceito de marginalidade social". CEPA (mimeo).
- RIZZINI, Irene. 1997. "Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência." In: ——— (org.) *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Petrobras/BR, Ministério da Cultura, Usu, Amais. p. 39-77.
- RUBIM, Christina de Rezende. 1997. "Um pedaço de nossa história: historiografia da antropologia brasileira". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, n. 44. p. 31-72.
- SAGMACS. 1960. "Aspectos humanos da favela carioca". *O Estado de S. Paulo — suplementos especiais*. Parte geral: 13 de abril, p. 1-40; Parte específica: 15 de abril, p. 1-48.
- SANT'ANNA, Maria Josefina G. e LIMA JUNIOR, Carlos Augusto F. 2001. *Quem faz pesquisa urbana no Brasil? Catálogo de pesquisadores*. Rio de Janeiro, UrbanData-Brasil/Uerj; Guri, CNPq.
- SANTOS, Milton. 2001. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro e São Paulo, Record.
- SILVA, Paulo R. G. 1993. "Identidade, territorialidade e ecologismo: o caso da lagoa do Abaeté". *Caderno CRH*, Salvador, n. 18, jan./jun. p. 117-137.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (orgs.). 1980. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo e Petrópolis; Cebrap e Vozes.
- SOARES, Luiz Eduardo et alii. 1996. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Iser.
- e CARNEIRO, Leandro Piquet. 1996. "Os quatro nomes da violência". In: SOARES, Luiz Eduardo et alii. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Iser. p. 13-57.

SOUZA, Guaraci Adeodato e FARIA, Vilmar (orgs.). 1980. *Bahia de todos os pobres*. São Paulo, Cebrap; Petrópolis, Vozes.

TELLES, Vera. 1990. “A pobreza como condição de vida: família, trabalho, e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 2. p. 37-45.

VALLADARES, Licia do Prado. 1976. “Favela, política e conjunto residencial”. *Dados*, n. 12. p. 74-85.

———. 1978. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

———. 1988. “Urban sociology in Brazil: a research report”. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 12, n. 2. p. 285-302.

———. 1991. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade; a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj. p. 81-112.

———. 1999. “Que favelas são essas?” *Insight inteligência*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, ago./out. p. 62-68.

——— e COELHO, Magda Prates. 1995. “Urban research in Brazil and Venezuela: towards an agenda for the 1990s”. In: STREN, Richard (ed.). *Urban research in developing world*. Toronto, Centre for Urban and Community Studies University of Toronto. p. 45-142.

——— e COELHO, Magda Prates (orgs.). 1997. *Sistematização da produção da pesquisa sobre o urbano no Brasil*. Ipea/PNUD, UrbanData-Brasil/Iuperj. (Relatório Final, v. 1).

——— e MEDEIROS, Lidia. No prelo. *O que já se sabe sobre a favela carioca*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/UrbanData-Brasil.

VELHO, Gilberto. 1980. “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. In: ———. *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.

——— e MACHADO DA SILVA, L. A. 1977. “Organização social do meio urbano”. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 76. p. 71-82.

VIANNA, Luís Werneck et alii. 1995. “As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico*, n. 40. p. 27-64.

WALTON, John. 1981. “The new urban sociology”. *International Social Sciences Journal*, n. 33. p. 374-90.

ZALUAR, Alba. 1999. “Violência e crime”. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo, Sumaré/Anpocs/Capes. (Coleção Antropologia, 1.)

ZUKIN, Sharon. 1980. “A decade of the new urban research”. *Theory and Society*, n. 9. p. 575-601.